

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE N.º ICP20250100**

**AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA BIOLOGIA MOLECULAR - SISTEMA MOLECULAR  
INTEGRADO (EXTRAÇÃO + PCR)**

## ÍNDICE

### **PARTE I Disposições gerais**

#### **SECÇÃO I Disposições gerais**

Cláusula 1.<sup>a</sup> - Caderno de encargos

Cláusula 2.<sup>a</sup> - Objeto

Cláusula 3.<sup>a</sup> - Preço base

Cláusula 4.<sup>a</sup> - Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

#### **SECÇÃO II Contrato**

Cláusula 5.<sup>a</sup> - Cláusulas por que se rege o contrato

Cláusula 6.<sup>a</sup> - Prazo de vigência do contrato

#### **SECÇÃO III Obrigações contratuais**

Cláusula 7.<sup>a</sup> - Obrigações principais do co-contratante

Cláusula 8.<sup>a</sup> - Verificação da execução

#### **SECÇÃO IV Incumprimento do contrato**

Cláusula 9.<sup>a</sup> - Penalidades

#### **SECÇÃO V Resolução do contrato**

Cláusula 10.<sup>a</sup> - Resolução do contrato pelo contraente público

Cláusula 11.<sup>a</sup> - Resolução por iniciativa do co-contratante

#### **SECÇÃO VI Casos fortuitos ou de força maior**

Cláusula 12.<sup>a</sup> - Casos fortuitos ou de força maior

### **PARTE II CLÁUSULAS ESPECIAIS**

#### **SECÇÃO I Local, prazo e horário de fornecimento**

Cláusula 13.<sup>a</sup> - Local e prazo de entrega

Cláusula 14.<sup>a</sup> - Horário de fornecimento

#### **SECÇÃO II Preço contratual**

Cláusula 15.<sup>a</sup> - Preço contratual

Cláusula 16.<sup>a</sup> - Revisão de preços

### **SECÇÃO III Pagamento**

Cláusula 17.<sup>a</sup> - Condições de pagamento

## **PARTE III CLÁUSULAS TÉCNICAS**

### **SECÇÃO I Especificações técnicas**

Cláusula 18.<sup>a</sup> - Características técnicas dos reagentes e dos equipamentos

Cláusula 19.<sup>a</sup> - Garantias do co-contratante

Cláusula 20.<sup>a</sup> - Auto de receção

## **PARTE IV Disposições finais**

### **SECÇÃO I Proteção de dados**

Cláusula 21.<sup>a</sup> - Proteção de dados

### **SECÇÃO II Sigilo**

Cláusula 22.<sup>a</sup> - Obrigações de sigilo

### **SECÇÃO III Comunicações e notificações**

Cláusula 23.<sup>a</sup> - Comunicações e notificações

### **SECÇÃO IV Contagem dos prazos**

Cláusula 24.<sup>a</sup> - Contagem dos prazos

### **SECÇÃO V Legislação aplicável**

Cláusula 25.<sup>a</sup> - Legislação aplicável

### **SECÇÃO VI Resolução de litígios**

Cláusula 26.<sup>a</sup> - Foro competente

## PARTE I

### Disposições gerais

#### SECÇÃO I

### Disposições gerais

#### Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### Caderno de Encargos

O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, nos termos do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### Objeto

1. O presente concurso é constituído por **2 (dois) lotes e visa a aquisição de reagentes e consumíveis para extração, amplificação e deteção para a área de biologia molecular, sistema molecular integrado (EXTRAÇÃO + PCR)** para o Laboratório de Patologia Clínica, do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, **com a colocação, instalação e montagem de equipamento molecular integrado e totalmente automático, em regime de comodato, para a realização dos testes colocados a concurso**, nos termos e condições expressas no presente caderno de encargos.

Nº Lote	Linha	Designação do Artigo	Quantidade Estimada para 2025	Unidade	Matriz da Amostra	Preço Base dos Lotes
1	001	REAGENTE PCR CITOMEGALOVIRUS (DET. QUANTITATIVA DO DNA- CMV) KIT+CPE+STD	2850	Teste	Sangue Total, Plasma, LCR, L. Amniótico, Secrec. Orofaringeas	188.510,40 €
	002	REAGENTE PCR BKV	950	Teste	Plasma, Urina	
	003	REAGENTE PCR HSV + VZV (V. HERPES + V. VARICELLA ZOSTER) (*1)	350	Teste	Sangue Total, Plasma, LCR,	

	004	REAGENTE PCR VIRUS VARICELLA ZOSTER	200	Teste	Sangue Total, Plasma,	
	005	REAGENTE PCR PARVOVIRUS B19	250	Teste	Sangue Total, L. Amniótico	
	006	REAGENTE PCR V.EPSTEIN BARR	550	Teste	Sangue Total, Plasma,	
	007	REAGENTE PCR ADENOVIRUS	192	Teste	Sangue Total, Plasma,	
	008	REAGENTE PCR TOXOPLASMA GONDII	250	Teste	Sangue Total, LCR, L. Amniótico	
	009	REAGENTES E CONSUMÍVEIS PARA EXTRACÇÃO/PURIFICAÇÃO DE ACIDOS NUCLEICOS	4200	Teste		
	010	CONTROLO EXTERNO PARA TODOS OS PARÂMETROS DO LOTE 1- PROGRAMA ANUAL	1	Embalagem		
2	011	REAGENTE PCR VIRUS JC	200	Teste	Plasma, Urina, LCR	35.168,40 €
	012	REAGENTE PCR PNEUMOCYSTIS JIROVECI	192	Teste	Lavado Broncoalveolar, Expectoração	
	013	REAGENTE PCR ENTEROVIRUS	250	Teste	Plasma, LCR	
	014	REAGENTE PCR ASPERGILLUS SPP	350	Teste	Lavado Broncoalveolar, Expectoração	
	016	REAGENTES E CONSUMÍVEIS PARA EXTRACÇÃO/PURIFICAÇÃO DE ACIDOS NUCLEICOS	960	Teste		
	017	CONTROLO EXTERNO PARA TODOS OS PARÂMETROS DO LOTE 2- PROGRAMA ANUAL	1	Embalagem		

2. As quantidades indicadas resultam de uma estimativa máxima de consumo para o período de vigência do contrato, podendo, por conseguinte, em sede de execução do mesmo, serem fornecidas quantidades inferiores, de acordo com as necessidades do contraente público.
3. A aquisição insere-se na categoria 33696500-0, descrita como “Reagentes de laboratório”, constante do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de Dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de Dezembro de 2003 (retificada pela Retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de Dezembro de 2003) e pelo Regulamento (CE) n.º213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Preço base**

O preço base é de **223.678,80 (duzentos e vinte e três mil seiscentos e setenta e oito euros e oitenta cêntimos)**, acrescido sobre o imposto do valor acrescentado à taxa legal em vigor, dividido nos termos indicados na cláusula 2.ª do presente caderno de encargos.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Aspetos da execução do contrato, submetidos à concorrência**

Para efeitos do disposto no artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, está submetido à concorrência, nos termos do disposto no presente Caderno de Encargos e no Programa do Procedimento:

- a) A valia técnica dos reagentes/equipamentos/características técnicas.
- b) O preço;

## **SECÇÃO II**

### **Contrato**

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Cláusulas por que se rege o contrato**

1. Nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A aprovação da minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da reclamação, o órgão que aprova a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
5. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário serão notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
6. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
7. Todas as despesas inerentes à celebração do contrato, nomeadamente os emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, quando aplicável, são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Prazo de vigência do contrato**

1. O contrato objeto deste procedimento é **válido até 31 (trinta e um) de dezembro de 2025** e produz os seus efeitos a partir da sua assinatura.
2. Para efeitos do disposto no número anterior conta a data da última assinatura, quando esta ocorra em data diferente.

## **SECÇÃO III**

### **Obrigações contratuais**

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações principais do co-contratante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) Instalação, montagem e ensaios dos equipamentos;
- b) Plano de formação e acompanhamento técnico para os novos equipamentos e implementação dos reagentes a concurso;
- c) Entrega dos bens com a qualidade apresentada, marcação CE e prazo de validade conforme o indicado na proposta adjudicada;
- d) Cumprimento do prazo de entrega dos bens identificado e dos prazos de entrega, instalação e formação dos equipamentos identificados na sua proposta;
- e) Prestação de serviços de assistência técnica;
- f) Acompanhar cada remessa de artigos requisitados de guia de remessa ou fatura em duplicado, na qual se mencionam os números e datas das notas de encomenda descriminando quantidades, artigos, preços, validades e lotes.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Verificação da execução**

- 1. A verificação da execução tem por finalidade averiguar se o contrato está a ser convenientemente executado, nomeadamente aferir se as quantidades e prazo de entrega foram respeitados, bem como a qualidade dos bens fornecidos e dos serviços prestados.
- 2. O contraente público poderá realizar testes aos bens de modo a apurar a qualidade dos mesmos.
- 3. Aquando da receção, será verificada a sua qualidade e conformidade com o contrato.
- 4. Perante a circunstância de fornecimento de grandes quantidades o processo referido no número anterior será realizado por amostragem.
- 5. Não obstante o referido no número precedente, no decurso da utilização e caso se verifique que os bens fornecidos não se mostram conformes com o adjudicado, nomeadamente em termos de quantidade e qualidade, o contraente público independentemente da possibilidade de aplicação de penalidades previstas neste caderno ou de outros meios



legais, contactará o cocontratante para que, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, tal situação seja devidamente regularizada.

## **SECÇÃO IV**

### **Incumprimento do contrato**

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Penalidades**

1. Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato pelo contraente público nos termos do disposto nos artigos 333.º do Código dos Contratos Públicos, aplica-se à execução do contrato o disposto nos artigos 325.º e 329.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:
  - b) Em caso de atraso no fornecimento ou na prestação dos serviços de manutenção e assistência técnica, o contraente público notificará o co-contratante para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, efetuar o fornecimento/prestar os serviços em falta;
  - c) O contraente público aplicará ao co-contratante, por cada dia de atraso, uma multa correspondente a 0,1% do preço contratual;
  - d) Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao co-contratante, ser-lhe-ão debitados pelo contraente público até ao limite de 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329º do Código dos Contratos Públicos.
2. Caso o incumprimento das obrigações pelo co-contratante reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o mesmo cederá a sua posição contratual ao concorrente que, no presente procedimento, vier a ser indicado pelo contraente público, por ordem sequencial de classificação, nos termos previstos no artigo 318º A do CCP.

## **SECÇÃO V**

### **Resolução do contrato**

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Resolução do contrato pelo contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público, pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que se verifique o não

cumprimento das condições definidas no presente caderno de encargos, ou concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao co-contratante:

- a) O fornecimento se encontre gravemente prejudicado;
  - b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de execução do fornecimento (quando houver atraso na entrega dos bens ou falta de reposição do bom funcionamento por período superior a trinta dias);
  - c) O aumento injustificado dos preços;
  - d) A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem o bom fornecimento;
  - e) A obstrução à atuação da entidade a quem compete a verificação da execução do fornecimento, quando esta é realizada nos termos do presente caderno de encargos;
  - f) Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao co-contratante.
  3. A resolução não prejudica o pagamento ao co-contratante dos fornecimentos já realizados em conformidade com o contrato.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por iniciativa do co-contratante**

1. O co-contratante poderá resolver o contrato nos termos previstos na lei.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas, cessando todas as obrigações do co-contratante ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

### **SECÇÃO VI**

#### **Casos fortuitos ou de força maior**

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização,

alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - b) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - c) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## PARTE II

### CLÁUSULAS ESPECIAIS

#### SECÇÃO I

#### Local, prazo e horário de fornecimento

#### Cláusula 13.<sup>a</sup>

##### Local e prazo de entrega

1. O equipamento deverá ser entregue no Hospital Dr. Nélcio Mendonça, sito na Av. Luís de Camões, n.º 57, 9004-514 Funchal, **no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias úteis** a contar da data da assinatura do contrato e instalados no Laboratório de Patologia Clínica, no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis a contar da outorga do contrato de comodato, incluindo a respetiva formação.**

2. Os reagentes deverão ser entregues no prazo máximo de **8 (oito) dias úteis** a contar da receção da nota de encomenda, no Hospital Dr. Nélio Mendonça, sito na Av. Luís de Camões, n.º 57, 9004-514, Funchal, em morada melhor especificada na nota de encomenda.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Horário de fornecimento**

O fornecimento dos reagentes deverá ser efetuado, salvo por motivos urgentes e a pedido do contraente público, de segunda a sexta-feira, das 9H00 às 16H00.

## **SECÇÃO II**

### **Preço contratual**

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público pagará ao co-contratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte para o respetivo local de entrega, as despesas inerentes à celebração do contrato, nomeadamente caução, quando aplicável, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e despesas necessários à execução dos Parâmetros analíticos.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Revisão de preços**

Os valores apresentados pelo adjudicatário vigorarão até ao fim da validade do contrato, não sendo possível a revisão de preços, salvo se tal decorrer de imposição legal ou de despacho que assim o determine.

### **Secção III**

#### **Pagamento**

##### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Condições de pagamento**

1. **A fatura deverá ser emitida em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número da nota de encomenda e número de compromisso, bem como tem de conter a descrição do objeto (bem) a que respeita, as quantidades, os preços unitários e o preço total, sob pena de ser liminarmente devolvida.**
2. **O pagamento terá lugar no prazo de 60 (sessenta) dias após a entrega da respetiva fatura devidamente emitida, designadamente nos termos do número anterior.**
3. **Em caso de incumprimento da obrigação estabelecida no número anterior são devidos juros moratórios nos termos da lei.**
4. **A faturação deverá ser emitida por via eletrónica, nos termos do artigo 299.º B do Código dos Contratos Públicos, exceto nos casos em que ainda não é legalmente obrigatória. A plataforma utilizada para o efeito pelo SESARAM, EPERAM é a Ilink (disponível em [www.ilink.pt](http://www.ilink.pt)).**
5. **Sem prejuízo do disposto no número anterior, a fatura também deverá ser enviada em PDF para o correio eletrónico [faturacao@sesaram.pt](mailto:faturacao@sesaram.pt).**
6. **Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.**
7. **Não são admitidos adiantamentos por conta do fornecimento a efetuar.**

### **PARTE III**

#### **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

##### **Secção I**

##### **Especificações técnicas**

##### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Caraterísticas técnicas dos reagentes e dos equipamentos**

1. Os equipamentos a disponibilizar em regime de comodato pelo cocontratante e os reagentes objeto do presente procedimento devem possuir os seguintes requisitos mínimos:

Nº Lote	Posição	Designação do Artigo	Matriz da Amostra	Qualitativo e/ou Qualitativo
1	001	REAGENTE PCR CITOMEGALOVIRUS (DET. QUANTITATIVA DO DNA-CMV) KIT+CPE+STD	Sangue Total, Plasma, LCR, L. Amniótico, Secrec. Orofaringeas	Quantitativo
	002	REAGENTE PCR BKV	Plasma, Urina	Quantitativo
	003	REAGENTE PCR HSV + VZV (V. HERPES + V. VARICELLA ZOSTER) (*1)	Sangue Total, Plasma, LCR,	
	004	REAGENTE PCR VIRUS VARICELLA ZOSTER	Sangue Total, Plasma,	Quantitativo
	005	REAGENTE PCR PARVOVIRUS B19	Sangue Total, L. Amniótico	Quantitativo
	006	REAGENTE PCR V.EPSTEIN BARR	Sangue Total, Plasma,	Quantitativo
	007	REAGENTE PCR ADENOVIRUS	Sangue Total, Plasma,	
	008	REAGENTE PCR TOXOPLASMA GONDII	Sangue Total, LCR, L. Amniótico	
2	011	REAGENTE PCR VIRUS JC	Plasma, Urina, LCR	Quantitativo
	012	REAGENTE PCR PNEUMOCYSTIS JIROVECI	Lavado Broncoalveolar, Expectoração	
	013	REAGENTE PCR ENTEROVIRUS	Plasma, LCR	
	014	REAGENTE PCR ASPERGILLUS	Lavado Broncoalveolar, Expectoração	

• **Análise de amostras por PCR em tempo real - características técnicas dos reagentes e equipamentos:**

- i. Sistema totalmente automático desde a extração até à deteção, eliminando o risco de contaminações;
- ii. Sistema Monoteste;
- iii. Sistema aberto a todos os testes de Biologia Molecular existentes no mercado;

- iv. Validado para as diferentes matrizes de amostra com sistema de Extração Universal para todo o tipo de amostras;
  - v. Possibilidade de realizar no mínimo 10 amostras/run, com o mesmo protocolo ou diferentes;
  - vi. Possibilidade de na mesma corrida processar protocolos de extração e /ou amplificação;
  - vii. Possibilidade de execução de protocolos quantitativos e/ou qualitativos. É obrigatório a execução de protocolos quantitativos para o lote 1, posição 1, 2, 4, 5, 6 e para o lote 2, posição 11.
  - viii. Calibração e controlos válidos por um período de tempo igual ou superior a 28 dias, não havendo a necessidade de os executar diariamente;
  - ix. Descontaminação por sistema UV;
  - x. Bloco de reagentes, refrigerado;
  - xi. Resultado em menos de 3 horas;
  - xii. Possibilidade de execução de protocolos que exijam sonicação;
  - xiii. Possibilidade de utilização de tubo primário ou secundário;
  - xiv. Possibilidade de utilizar o mesmo eluído de amostra (extração RNA/DNA) em protocolos de amplificação diferentes, rentabilizando os custos associados à extração;
  - xv. Possibilidade de Recuperação do RNA/DNA extraído para outro tipo de técnicas;
  - xvi. Rastreabilidade de todo o processo;
  - xvii. Ligação Bidirecional ao SIL (Sistema Informático do Laboratório);
  - xviii. Programa externo de avaliação da qualidade, reconhecido e recomendado por uma organização nacional/internacional de referência, a vigorar durante o período de vigência do contrato, para todas as posições.
2. Para efeitos do disposto na presente cláusula, será celebrado entre o contraente público e o cocontratante um contrato de comodato, o qual se manterá válido até à caducidade do contrato de fornecimento dos reagentes.
3. Durante a vigência do contrato de comodato poderá o cocontratante, com prévio acordo do contraente público e de acordo com o disposto nos artigos 311.º e seguintes do CCP, proceder à colocação de outros equipamentos ou à atualização de *software* que se revelem mais adequados ao fim aos quais se destinam, bem como submeter novas fichas técnicas, nomeadamente devido à evolução tecnológica.

4. Os equipamentos permanecerão ligados e a funcionar durante o tempo necessário para consumir todos os reagentes adquiridos no âmbito deste procedimento.
5. Sem prejuízo das normas legais imperativas, findo o prazo referido e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao fornecedor o direito a qualquer indemnização pelo valor não executado.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

#### **Garantias do co-contratante**

1. O cocontratante deve garantir, sem quaisquer encargos adicionais para o contraente público:
  - a) A instalação e realização das ligações informáticas dos equipamentos;
  - b) A formação – a qual deverá ser essencialmente prática, e deverá ser realizada no Laboratório, no prazo indicado na proposta adjudicada – e acompanhamento técnico para a adequada utilização dos novos equipamentos e implementação dos *kits*/reagentes a concurso;
  - c) O prazo de validade alargado dos artigos, que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar a partir da data de cada entrega, exceto naqueles que, pelas suas características particulares, necessitem de um período de validade diferente, que deverá ser devidamente justificado pelo adjudicatário;
  - d) A reposição de todos os reagentes/consumíveis que não possam ser utilizados dentro da validade, com a validade adequada;
  - e) O fornecimento correto e adequado dos materiais inerentes a cada posição, e necessários à calibração e controlo dos reagentes e equipamentos;
  - f) O fornecimento de todos os consumíveis e soluções necessárias para a realização dos testes;
  - g) A estabilidade dos reagentes e consumíveis durante o período de tempo indicado na respetiva embalagem;
  - h) Os encargos com a instalação e validação dos métodos, que incluem as calibrações iniciais, testes e controlos necessários para o arranque dos equipamentos e sua operacionalidade;
  - i) Os encargos com estudos comparativos que sejam necessários fazer, caso os equipamentos adjudicados possuam especificações técnicas distintas dos equipamentos em uso;



- j) O fornecimento de reagentes, controlos, calibradores e demais consumíveis necessários à comparação dos resultados pela metodologia proposta com a metodologia anteriormente utilizada pelo sector, sempre que necessário e aplicável;
- k) A disponibilização de solução informática de gestão para discriminar os testes gastos, resultados, controlos, calibradores, que permita a elaboração de relatórios de produtividade dos equipamentos e cálculo de eficiência por ensaio;
- l) O transporte realizado por uma transportadora licenciada para a distribuição de Dispositivos Médicos que garanta a manutenção da cadeia de frio, se aplicável;
- m) A atualização e renovação da informação contida nas fichas técnicas, manuais, fichas de segurança e catálogos, sempre que ocorra qualquer alteração;
- n) O fornecimento, obrigatório e sem quaisquer custos adicionais, de todas as embalagens/*kits* em falta, caso os considerados pelo concorrente para o cálculo do seu preço global não venham a revelar-se, em sede de execução do contrato, suficientes para a realização de todos os testes colocados a concurso, por motivo não imputável ao Laboratório de Patologia Clínica,
- o) Todos os encargos com os reagentes e consumíveis gastos – os quais devem ser contabilizados e repostos – sempre que se efetuem repetições de análises por avaria ou bloqueio de um ou mais equipamentos, ou em situações de calibração inválida, em que a responsabilidade não possa ser atribuída ao operador;
- p) Caso as embalagens/ kits considerados pelo concorrente para o cálculo do seu preço global não se revelem, em sede de execução do contrato, suficientes para a realização de todos os testes/determinações e controlos obrigatórios para a execução da técnica, todas as embalagens/ kits em falta serão fornecidos gratuitamente pelo Adjudicatário ao SESARAM. Para o efeito, deverá ser expressamente indicada a quantidade de reagentes/consumíveis que o concorrente considera necessário para a realização de todas as determinações indicadas.
- q) É da responsabilidade do adjudicatário que o fornecimento se faça em tempo útil, por forma a evitar paragens dos equipamentos, nos casos em que injustificadamente o fornecedor recuse efectuar um fornecimento ou se atrase na entrega dos artigos, não substitua em devido tempo os produtos rejeitados, ou não efectue a manutenção no tempo de resposta acordado, o SESARAM pode imputar ao adjudicatário os custos que venha a ter em efe exames no exterior, accionando as penalidades previstas no presente Caderno de Encargos.
- r) Durante a vigência do contrato caso os equipamentos/ base de dados/ Software/ documentação técnica, sejam alvo de atualização tecnológica, o adjudicatário

obrigatoriamente deverá comunicar esse facto ao SESARAM, EPERAM e garantir a sua alteração, devendo para o efeito solicitar a prévia autorização para a sua implementação. Deve ainda informar qualquer facto que possa impossibilitar, total ou parcialmente o cumprimento das obrigações contratuais.

- s) Todos os consumíveis analíticos e acessórios necessários à execução dos testes e apropriados a cada posição devem constar de lista distinta dos reagentes propostos e não serão, em caso algum, facturados.

2. O co-contratante deverá assegurar **assistência técnica**, nas seguintes condições:

- a. Manutenção preventiva anual dos equipamentos, sendo o programa mínimo de uma visita/ano;
- b. A prestação de serviços de assistência técnica, através da disponibilização de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, devendo dar resposta imediata e apoio técnico sempre que solicitado;
- c. Em caso de avaria, apresentar um tempo de resposta não superior a 48 (quarenta e oito horas) horas, a contar da data da sua comunicação;
- d. Em caso de avaria persistente, a substituição do equipamento por outro idêntico, com tempo máximo de reposição da atividade normal de até 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da sua comunicação;
- e. A manutenção preventiva remota (quando aplicável), em respeito pelas normas em vigor;
- f. Todos os encargos decorrentes da assistência técnica dos equipamentos, nomeadamente os reagentes e consumíveis desperdiçados na manutenção preventiva e corretiva, os quais devem ser contabilizados e repostos;
- g. A apresentação dos relatórios das intervenções efetuadas nos equipamentos, garantindo o cumprimento de exigências associadas a sistemas normativos de gestão da qualidade.
- h. Sempre que sejam entregues equipamentos novos e/ou reparados, devem ser realizados testes, que comprovem que o equipamento está em perfeitas condições de ser utilizado, garantindo que, durante toda a vigência do contrato, se encontra em perfeitas condições operacionais, para os fins a que se destina

## **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

### **Auto de receção**

Será lavrado um auto de receção provisória dos equipamentos instalados, onde ficará registada a data de aceitação dos mesmos, bem como a ocorrência de eventuais falhas ou deficiências constatadas.

1. O auto de receção será enviado ao adjudicatário no prazo de dez (10) dias úteis a contar da data da receção.
2. Com o “*terminus*” do contrato será elaborado um auto de entrega (devolução) dos equipamentos, a enviar ao adjudicatário

## **PARTE IV**

### **Disposições finais**

## **SECÇÃO I**

### **Proteção de dados**

## **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

### **Proteção de dados**

1. O cocontratante está obrigado a um dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com o SESARAM, EPERAM, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.
2. O cocontratante não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao SESARAM, EPERAM, não podendo, transmiti-los a terceiros.
3. O dever de confidencialidade e as demais obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o cocontratante e o SESARAM, EPERAM
4. Mediante solicitação, por escrito pelo SESARAM, EPERAM, o cocontratante devolverá todos os documentos, registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso no âmbito da execução do contrato.

5. Mesmo que não seja solicitado, no final do contrato o cocontratante deverá proceder à eliminação dos dados pessoais, salvo se outro prazo de conservação se aplicar ao tipo de dados pessoais.
6. Em caso de perda ou acesso indevido à informação e/ou dados pessoais ou parte deles, o cocontratante notificará imediatamente o SESARAM, EPERAM, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

## **SECÇÃO II**

### **Sigilo**

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações de sigilo**

O co-contratante obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pelo contraente público.

## **SECÇÃO III**

### **Comunicações e notificações**

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

## **SECÇÃO IV**

### **Contagem dos prazos**

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.

## **SECÇÃO V**

### **Legislação aplicável**

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.

## **SECÇÃO VI**

### **Resolução de litígios**

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede no Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.